

EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE COMO
FUNDAMENTOS PARA A SEGURANÇA PÚBLICA¹

Neste texto, analiso sistemas de representações sociais construídos por agentes públicos da administração municipal, considerando os princípios de qualificação social que referenciam a provisão de medidas voltadas para a implementação de programas de governo articulados a políticas de segurança. Os dados assim problematizados foram obtidos mediante processo de pesquisa, do qual tive oportunidade de participar. A pesquisa em foco foi realizada por demanda dos gestores municipais, diante da necessidade por eles sentida de contar com diagnósticos que fundamentassem a elaboração de Planos Municipais de Segurança. Pesquisadores e gestores construíram assim oportunidade de intercâmbio para construção de conhecimentos relativos ao processo de descentralização das políticas públicas de segurança, em pleno curso no Brasil. Paralelamente a esse movimento na direção da formação de um corpus de saber científico, tais atividades nos possibilitaram ainda a reflexão em torno da implementação de políticas que, no plano dos discursos, se colocam enquanto vetores para a construção de uma sociedade mais justa, igualitária, em consonância com os ideais de uma ordem democrática de direito.

Palavras-chave: políticas públicas; estereótipos; representações sociais.

* Doutorando em antropologia pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense (PPGA/UFF); mestre pelo mesmo programa; especialista em Políticas Públicas de Justiça Criminal e Segurança Pública pela Universidade Federal Fluminense; pesquisador associado ao Núcleo Fluminense de Estudos e Pesquisas (Nufep); e professor de sociologia atualmente licenciado na Rede Estadual de Ensino do Rio de Janeiro.

¹ Uma versão preliminar deste artigo – sob o título de *Segurança Pública, Educação, Cultura e Esporte: algumas aproximações* – foi apresentada no “III Seminário Internacional Organizações e Sociedade: inovações e transformações contemporâneas”, realizado em novembro de 2008 na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

APONTAMENTOS INICIAIS

Neste trabalho, apresento considerações construídas por análise de dados, produzidos em trabalho de campo realizado para compreender modos de objetivação de princípios de políticas públicas de segurança em âmbito municipal. Os dados foram produzidos durante pesquisa correspondente a demandas apresentadas por representantes de prefeituras municipais no estado do Rio de Janeiro. E referem-se ao trabalho de campo em três cidades deste estado: São Pedro da Aldeia, São Gonçalo e Mesquita.

Dos dados construídos para a pesquisa, valorizo neste artigo aqueles referentes ao sistema de representações dos gestores municipais quanto às questões a eles propostas em entrevistas. Todavia, faz-se necessário fornecer ao leitor alguns números indispensáveis a um mínimo conhecimento estatístico da realidade dos municípios em questão. Os números correspondentes às respectivas populações tomam por base as estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para o ano de 2008.

A cidade de São Pedro da Aldeia, localizada na Região dos Lagos e distante 135 quilômetros da capital do estado, Rio de Janeiro, foi fundada em 1617 por missionários jesuítas. Sua população atual gira em torno dos 82 mil habitantes. São Gonçalo, segundo maior colégio eleitoral do estado, com um milhão de habitantes estimados, faz parte da zona metropolitana do Rio de Janeiro e seu centro está distante 25 quilômetros da capital do estado. Emancipou-se definitivamente do município de Niterói em 22 de setembro de 1890. O município de Mesquita, por sua vez, integra a área conhecida como Baixada Fluminense e se localiza a uma distância de aproximadamente 21 quilômetros da cidade do Rio de Janeiro. É um município de formação administrativa recente, tendo se tornado independente da cidade de Nova Iguaçu em 25 de setembro de 1999.

O Núcleo Fluminense de Estudos e Pesquisas (Nufep), por cujo vínculo institucional participei do referido projeto de pesquisa, aglutina diversos pesquisadores em vários níveis acadêmicos. Doutores, doutorandos, mestrandos, graduandos, bem como pesquisadores de outras instituições nacionais e internacionais.² Desde o ano de 2000 vêm prestando esse tipo de serviço de produção de conhecimento a gestores das prefeituras, demanda por eles formalmente apresentada, visando diagnosticar os maiores

² Sob coordenação geral do prof. Roberto Kant de Lima, o Nufep passou recentemente a sediar o Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia – Instituto de Estudos Comparados em Administração Institucional de Conflitos (INCT-InEAC). Aprovado em fevereiro de 2009 pelo Ministério de Ciência e Tecnologia, através da iniciativa do Programa “Institutos de Ciência e Tecnologia” - Edital 15/08 -, faz parte de um conjunto de 122 INCTs, dentre os quais dois foram aprovados na área induzida de *Segurança Pública*, um (o InEAC) com sede no estado do Rio de Janeiro (UFF) e um no estado de São Paulo (USP). Sobre o INCT-InEAC, ver: <http://www.proppi.uff.br/ineac>.

desafios na área da segurança pública e promover melhor qualidade de vida à população.³

No âmbito de tais atividades de pesquisa acerca da segurança pública municipal, a orientação geral é a problematização de noções de cunho unicamente policiaisco. Por esse motivo, a construção do objeto e da unidade social de análise empírica abarca diversas dimensões da gestão municipal, como, por exemplo, as divisões institucionais da administração municipal, procurando mensurar em que medida algumas questões qualificadas como problemas de insegurança atravessam essas divisões. Assim concebidas, elas ganham corpo e tornam-se objetos empíricos de investigação sociológica. Buscamos ouvir diversas representações das secretarias de governo, do poder legislativo e judiciário, de associações de moradores, delegados de polícia, comandantes de Batalhões de Polícia e de Guardas Municipais e realizamos Grupos Focais com os guardas municipais. Integramos ainda a rede de entrevistados, os prefeitos, representantes da Polícia Rodoviária Federal, presidentes de sindicatos, lideranças religiosas e figuras reconhecidas por ações públicas em geral.

A equipe se reuniu, por ocasião da elaboração dos referidos diagnósticos, duas vezes por semana – ocasião em que os pesquisadores trocaram informações e passaram a despertar interesse em aprofundar a análise sobre temas específicos, levantados no universo da pesquisa. Monografias de conclusão de curso de graduação, dissertações de mestrado e teses de doutorado acabaram surgindo na esteira dessa interessantíssima oportunidade de diálogo entre o campo e as teorias.⁴ Portanto, conhecimentos são construídos no processo de formação de pesquisadores, contribuindo-se ao mesmo tempo para a implementação de políticas públicas, conforme a demanda oriunda das sociedades, através do poder público.

No caso aqui apresentado, um pouco também por conta de exercer (à época) o magistério na rede pública estadual e na rede particular, coube-me, predominantemente, concentrar-me nas secretarias municipais de educação. E isso me levou (por motivos que explicitarei em breve) a dialogar também com os responsáveis pelas políticas de Esporte e Cultura. Sendo assim, este artigo é uma tentativa de refletir sobre políticas públicas de educação, esporte e cultura, buscando compreender como elas podem

³ Em São Pedro da Aldeia, a pesquisa aconteceu no primeiro semestre de 2007. Já em São Gonçalo e Mesquita, iniciaram-se no segundo semestre de 2007 e foram concluídas efetivamente no primeiro semestre de 2008. Tais pesquisas foram financiadas com recursos provenientes da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), ligada ao Ministério da Ciência e Tecnologia; e do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci), ligado ao Ministério da Justiça.

⁴ Cf. GARCIA, 2009; MEDEIROS, 2010; NASCIMENTO, 2010; VERÍSSIMO, 2009.

ou não vir a contribuir para a promoção do bem-estar e da segurança em sociedades cujo modelo é o estado democrático de direito.

DIAGNÓSTICOS: GÊNERO DE CONSTRUÇÃO DE PROBLEMAS SOCIAIS E RESPECTIVOS ENFRENTAMENTOS

Nesta seção, analiso os significados institucionalizados em representações sociais acerca das possíveis relações entre educação, esporte, cultura e violência, considerados com base em entrevistas com os gestores dessas respectivas políticas no âmbito dos municípios em que ocorreram as pesquisas de campo. Mediante essa análise, ressalto os problemas que foram diagnosticados e algumas soluções prescritas ou implementadas.

Em São Pedro da Aldeia, entrevistei o secretário de Educação e alguns de seus assessores. Em São Gonçalo, pude estar com a titular da pasta de Educação e com a subsecretária de assuntos pedagógicos da mesma secretaria. Estive também com boa parte da equipe da Secretaria de Esporte e Lazer, incluindo o secretário e o subsecretário de Planejamento, bem como com os principais executores das políticas junto às chamadas comunidades. Entrevistei ainda, neste município, o secretário de Cultura e Turismo. Já em Mesquita, incorporei dados da entrevista que colegas elaboraram com chefe de gabinete da Secretaria Municipal de Educação, assim como da entrevista que eu mesmo fiz com o secretário de Cultura, Esporte e Turismo.

Todos esses gestores – uns mais, outros menos – são unânimes em apontar a questão do desemprego e aquilo que sintetizam na categoria de *destruturação familiar* como os maiores embates que enfrentam em suas respectivas ações. Alguns chegam a embasar essa crença no fato de uma significativa parte das famílias nessa qualificação ser chefiada por mulheres, isto é, não contar com a autoridade paterna, masculina.

Em São Gonçalo, pesquisas feitas nas escolas⁵ dão conta de que 60% dos pais dos alunos declararam que batem nas crianças como uma forma educativa – para não roubarem, para irem realmente à escola, enfim, para educar de uma forma geral. Articulando essas informações às alegadas dificuldades enfrentadas por tais famílias no plano financeiro, declarou a secretária de Educação, a situação fica ainda mais complicada e difícil de ser resolvida unicamente no espaço escolar. Caberia à escola, então, a função de mobilizar os pais para tentar problematizar questões associadas a seus *valores culturais*. Ou seja, a *pobreza*, a *ignorância* e a *falta de educação*

⁵ A referida pesquisa foi realizada no âmbito da Secretaria de Educação – embora nos tenha sido aludida em entrevista, não tivemos acesso à mesma.

dos pais dos alunos, segundo a entrevistada, são apontados como fatores que contribuem para a ocorrência de situações de violência no espaço interno aos muros das unidades escolares. Justifica ainda a interlocutora: acostumados a verem os familiares resolverem seus conflitos de maneira violenta em suas casas, os alunos acabam tendo dificuldade de introjetar formas políticas e minimamente pacíficas de administração de conflitos, por mais que os responsáveis pela escola (supostamente) se esforcem para assim socializar os alunos.

Em visitas que nossa equipe pôde fazer a escolas em São Pedro da Aldeia, ouvimos de diretores e funcionários que muitos dos pais de alunos enfrentam problemas com alcoolismo. Uma das preocupações da equipe da secretaria daquela cidade, segundo seu secretário, em conformidade com as diretrizes da Unesco, é com o tempo ocioso das crianças e dos adolescentes matriculados na rede. Nestes contextos, diversos projetos sociais vêm sendo pensados com o objetivo de manter as crianças por mais tempo na escola.

Pudemos reparar, nessas visitas, uma enorme incidência de grades dentro e fora do espaço escolar. Em uma delas, nos informaram que, certa vez, após um fim de semana, os funcionários da cozinha da escola foram surpreendidos. A escola havia sido invadida e todas as panelas foram roubadas, segundo eles, para serem vendidas no ferro-velho mais próximo.

Segundo a tese do secretário de Educação de São Pedro da Aldeia, pedagogo e pesquisador do Nuep (Núcleo de Estudos de Políticas Públicas na Educação da Uerj), o aumento de *equipamentos sociais*⁶ em determinada comunidade, ou seja, da oferta de serviços essenciais, não só influi direta e positivamente na melhoria da qualidade de vida, como também estimula uma forma mais apropriada e “civilizada” de administração de conflitos. Citou o exemplo do bairro de São João – que seria o mais problemático por volta do ano de 2001, quando assumiu a pasta de Educação. O bairro contava então apenas com uma escola. Além disso, não havia qualquer outra nos bairros mais próximos. Houve, segundo ele, uma série de iniciativas do poder público, as quais consistiram em construção de creches, reforma de praças e campos de futebol, além da inauguração de unidades escolares nas localidades próximas, onde antes não havia. Após essas iniciativas de caráter público, a situação teria melhorado sensivelmente.

Tais iniciativas só poderão alcançar realmente sucesso se compuserem ações integradas – afirmam nossos entrevistados nos três municípios em questão. Seria preciso criar mecanismos institucionais capazes de resistir ao vaivém do tabuleiro político local, estadual e nacional. Só assim, avaliam,

⁶ São exemplos de *equipamentos sociais*, dados pelo secretário: escolas, parques, campos de futebol, praças e outros espaços de sociabilidade para crianças e adultos.

seria possível superar a fragmentação e as discontinuidades dos programas sociais, supostamente difusores de cidadania, tão caros ao efetivo combate a situações de violência. O fortalecimento da escola, segundo o secretário de Educação de São Pedro da Aldeia, presumirá um necessário fortalecimento das relações entre a escola e outras instâncias, como igrejas, associações profissionais e de moradores, iniciativa privada, entre outros.

Naquela cidade, a equipe de pesquisa observou, em visita à Escola Municipal Paulo Roberto Marinho, a atuação da Associação de Pais e Mestres, investimento que representava um fator de impacto considerável para uma participação efetiva e decisiva da escola na promoção do bem-estar na comunidade e, conseqüentemente, na promoção da segurança em seu sentido mais amplo. As reuniões entre os administradores da escola e da Associação de Pais e Mestres ocorrem mensalmente e nelas são discutidas, *de maneira transparente*, questões pertinentes ao funcionamento da comunidade escolar, tais como o destino das verbas de que ela dispõe, o controle de estratos bancários e as decisões a respeito do empréstimo ou não do prédio da escola para a realização de festas nos fins de semana.

Em São Gonçalo, foi criado, a partir de um acordo de cooperação técnica entre a Prefeitura (através da Secretaria de Educação), o Ministério da Educação e a Unesco, o programa *Escola Aberta*. Trata-se de uma iniciativa cujo objetivo seria contribuir para a melhoria da qualidade da educação e a construção do que seus elaboradores chamam de uma “cultura de paz”, alcançada por meio da ampliação das relações entre escola e comunidade, visando ao aumento das oportunidades de acesso a uma formação cidadã, investimento considerado capaz de contribuir para a redução do potencial de violência na comunidade escolar.

Essa articulação entre gestão municipal e Governo Federal visa proporcionar aos alunos da educação básica das escolas públicas e às comunidades nas quais estão inseridas espaços alternativos, aos finais de semana, para o desenvolvimento de atividades de cultura, esporte, lazer, geração de renda, formação para o exercício da cidadania e ações educativas complementares. O Governo Federal promove parcerias similares com 82 Secretarias de Educação municipais, seis estaduais, e com a Secretaria de Educação do Distrito Federal, preferencialmente em áreas qualificadas como sendo *regiões urbanas de risco e vulnerabilidade social*.

Ainda em São Gonçalo, projetos muito parecidos em suas ações e objetivos – porém, dispendendo de menos verba – são implementados no âmbito da Secretaria de Esporte e Lazer. Podemos citar, como exemplo, o *Domingo de Lazer*, projeto itinerante e que acontece todos os domingos em ruas de bairros específicos da cidade. A equipe da Secretaria realiza atividades

lúdicas, distribui brindes, premiações e conta com a presença de artistas de teatro e de circo. Outro projeto na mesma linha é o *Sábado Alegre*, que engloba atividades iguais às do *Domingo de Lazer*, com a diferença de que ocorre aos sábados e, ao invés de ser feito na rua, é realizado dentro das escolas da rede municipal. Finalmente, podemos citar o projeto *Segundo Tempo*, que procura ocupar o assim compreendido *tempo ocioso* das crianças em idade escolar, inserindo-as na prática esportiva. Para participar, o aluno pode ser de qualquer escola, mas precisa manter um desempenho considerado satisfatório nos estudos.

Ao notarmos algumas similaridades entre as ações das Secretarias de Educação e Esporte e Lazer em São Gonçalo, procuramos compreender, pela ótica dos entrevistados, as possíveis articulações, uma vez que seus projetos são, em grande parte, realizados em escolas ou com alunos de escolas. Obtivemos como resposta, numa das situações, a afirmação de que a contribuição da Secretaria de Educação é *decepcionante*, acusação que se exacerba diante do fato de esta secretaria receber verbas institucionais, portanto, ter condições de ajudar muito mais do que ajuda.

Em Mesquita, pudemos participar de reunião do Conselho Municipal de Educação – que realiza o programa *Participa Escola*. Através dele, os conselheiros passam o dia todo nas comunidades, promovendo reuniões com os moradores para incentivá-los a fazer parte ativamente do respectivo Conselho. Nessa cidade, uma situação ilustra bem como uma secretaria (no caso, a de Cultura e Turismo) pode interferir direta e positivamente na segurança pública. Trata-se de administração institucional de conflitos entre os grupos de *roqueiros* e *funkeiros* na praça Elizabete Paixão. Ocorria no local há muitos anos a chamada *Passarela do Rock*, de iniciativa de uma senhora, proprietária de uma venda que ficava em frente à passarela e que colocava caixas de som em que o ritmo preferencial era *rock-'n'-roll*. Isso foi atraindo um determinado tipo de público para o local, que passou a se concentrar na passarela. O número de pessoas cresceu tanto que se estendeu até a praça. O encontro se tornou uma *coisa tradicional*; há vários anos, acontecia todos os domingos. Segundo as palavras do secretário de Cultura, Esporte e Turismo, “foi um fenômeno cultural interessante”.

Com o passar dos anos, grupos de *funkeiros* passaram a ocupar, em seus encontros, a praça que antes era considerada socialmente um território de roqueiros. A secretaria interveio na administração do conflito que se instituiu entre os dois grupos e ajudou os roqueiros a se organizarem no Tênis Clube de Mesquita, para onde se deslocaram ou para onde foram deslocados seus encontros. A partir de então, a Passarela do Rock (que assim ainda é chamada) deixou de ser um território em disputa para se

tornar, curiosamente, um espaço dos *funkeiros*, ainda que estes sejam fragmentados em grupos um tanto dispersos, como afirmou nosso entrevistado.

“O funk sofre um preconceito por parte dos organismos de repressão”, disse o secretário, lembrando ainda que, na semana anterior à entrevista, ocorreu uma audiência pública, em que o próprio deputado Rômulo Costa, ligado aos bailes *funk*, levantou a questão de que há, por parte dos órgãos de segurança, um preconceito em relação às manifestações do *funk*. “Embora de fato existam pessoas ligadas ao *funk* que acabam tendo atitudes violentas, não se pode generalizá-lo enquanto manifestação cultural artística que esteja diretamente ligada à violência.”

DESCONSTRUÇÕES NECESSÁRIAS

Após essa descrição um tanto extensa dos problemas sociais formulados pelos interlocutores na pesquisa, dedico-me à problematização sociológica das representações sociais constitutivas dos dados coletados nas entrevistas com os gestores municipais das áreas em destaque.

Como assevera Remi Lenoir em “Objeto Sociológico e Problema Social”, as representações sociais haverão de ser o ponto de partida de toda pesquisa sociológica. Ou seja, todo trabalho de construção da segunda deverá ser precedido pela desconstrução das primeiras. É isso que eu me proponho a fazer na presente seção.

Em outro trabalho – também construído a partir do interesse em desenvolver questões suscitadas pelas mesmas pesquisas nas quais aqui me detenho – concentro-me prioritariamente no caráter personalizado da condução das políticas públicas de segurança (em detrimento do lado institucional), bem como da persistência de um *ethos* centralizador de modos de condução de programas, a despeito de uma manifesta crença na valorização da descentralização e da localização socialmente situada das políticas, em consonância com a reconstrução da democracia no país, mormente após a Carta Constitucional de 1988 (VERÍSSIMO, 2010). Como esses mesmos traços estão apontados na seção anterior, elaborarei alguns comentários complementares.

Entre as proposições atribuídas pelos investimentos no sentido de incluir nos quadros institucionais no plano municipal, destaca-se certa superposição de objetivos entre a Secretaria de Educação e a Secretaria de Esporte e Lazer, caso exemplar no município de São Gonçalo. Entre elas, há inúmeros interesses afins, bem como campos de ação coincidentes. Porém, não há diálogo nem o fortalecimento dos vínculos institucionais entre os representantes de ambas as gestões, visando à efetivação de ações

conjuntas. O subsecretário de Planejamento da Secretaria de Esporte e Lazer afirmou, em entrevista, que até o ano de 2005 (e as entrevistas nas quais me baseio são de 2007) a antiga Subsecretaria de Esporte e Lazer era subordinada à Secretaria de Educação. Só a partir de então, em que pese o modelo institucional de redistribuição de recursos pelo Governo Federal, ela ganhou vida autônoma e o estatuto de Secretaria. Talvez por aí se possa compreender a natureza da dificuldade de diálogo institucional entre as atuais pastas de Educação e de Esporte e Lazer, questões de alteridade não muito bem delineadas ou reconhecidas. Pode-se, por isso, conjecturar que, tendo o setor de esportes crescido a ponto de ganhar vida autônoma em relação ao setor de educação propriamente dito, este, que, de qualquer modo, ainda detém o grosso dos recursos (conforme foi relatado em entrevista), tenha se sentido desobrigado de colaborar com aquela parcela dissidente.

Vale notar que o grande carro-chefe citado pela subsecretária Pedagógica da Secretaria de Educação de São Gonçalo, o *Escola Aberta* (já aludido neste texto), é mantido e só pode se efetivar por conta de vultosos recursos advindos da instância federal de governo. No contexto do trabalho de campo, o projeto estava em funcionamento (com o mesmo nome) em 22 estados, nas regiões metropolitanas de Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador, Vitória e Distrito Federal, bem como nas capitais de Alagoas, Amazonas, Ceará, Goiás, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraíba, Piauí, Rio Grande do Norte, Rondônia, Roraima, Santa Catarina, Sergipe e Tocantins. O programa, por mês, alcançava cerca de 2 milhões de pessoas das comunidades escolares, em todas as regiões citadas. Iniciado no ano de 2004, o Escola Aberta contava com um orçamento na ordem de dezenas de milhões de reais em recursos da União, a serem investidos em 40 meses.

Contudo, neste texto, detenho-me em outras problemáticas surgidas no universo dos dados aqui descritos. Em primeiro lugar, julgo de primordial importância problematizar a ideia (amplamente difundida nas opiniões dos entrevistados) de que o insucesso escolar dos alunos da rede pública municipal é fruto do que eles chamam de *desestruturação familiar* – fenômeno visto como inerente ao contexto em que vivem e atuam. Já pude também ouvir essas qualificações em recorrentes discursos de inúmeros colegas professores das escolas em que exercia, à época da pesquisa, atividade docente. É como se a culpa do insucesso e da violência escolar fosse sempre da família do aluno. Eu diria que tal reificação faz parte do senso comum escolar. De tal forma se encontra naturalizado, a ponto de seduzir mesmo o pensamento das pessoas que se mostram mais reflexivas

diante daquelas e outras questões. Desconstruí-la, portanto, fez parte dos esforços daqueles que se engajaram no processo de pesquisa, visando dotar os gestores de outros princípios de qualificação e elaboração de políticas públicas.

Famílias chefiadas por mulheres, por casais homossexuais, ou mesmo cujos pais e mães enfrentam problemas com álcool, drogas ilícitas ou desemprego são os estopins para a desqualificação social dos filhos, assim inexoravelmente condenados a nunca se adaptarem aos valores da escola. Como isso estaria na base do fraco desempenho escolar de crianças e adolescentes, eles seriam sempre rotulados como problemáticos por não se enquadrarem no padrão que deles se espera.

Uma das perguntas que orientou a reflexão dos pesquisadores poderia ser assim formulada: Será que esse argumento, não contemplando a necessária problematização da atual orientação pedagógica da escola, também não impediria de colocar os professores e demais profissionais de educação frente aos desafios inerentes ao exercício de suas respectivas funções sociais? Muitas vezes já pude ouvir colegas de magistério, sem constrangimentos, afirmarem: “Eles fingem que estudam e eu finjo que trabalho”, ou “Eu ganho muito pouco para ficar me desgastando tanto...” Uma dessas colegas costumava tratar seus alunos de sexto ano (antiga quinta série do ensino fundamental) pela nada simpática alcunha de *exus-mirins*.

Na Escola Estadual na qual lecionei, é muito comum o professor que se dirige, no horário previsto, para a sala de aula ser advertido (em tom de pilhéria) pelos companheiros: “Nossa... que furor pedagógico!” Todavia, na escola particular, ao toque do sinal, conversas eram imediatamente interrompidas e todos saíam imediatamente para se dirigir às salas de aula.

A maioria dos professores com os quais tive a oportunidade de trabalhar atuava tanto na rede privada quanto na pública – e reagiam de maneira diferente, como visto, de acordo com o contexto institucional. Logo, será que é razoável aos profissionais de educação – grupo do qual os entrevistados em causa fazem parte – colocar sempre a culpa no lado de lá, no protótipo da família desestruturada? A que condições sociais de vida se referem ao representar a família dos alunos como um exemplo negativo?

Em *Amor e Família: vacas sagradas de nossa época*, a antropóloga Cláudia Fonseca, professora do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, chama atenção para o fato de que, ao se falar atualmente em fragmentação da família, presume-se uma totalidade hipotética que, por esse raciocínio, jazia no passado. Ela procura, então, desconstruir esta crença – pressupondo que, por trás de

tal forma de interpretar a realidade, está o postulado de que existe um modelo de família conjugal feliz, comum ao ideário das camadas médias; e mais, quando os comportamentos não se conformam a esse modelo, operam *influências negativas*, como miséria e ignorância. A opinião corrente dos entrevistados aqui considerados está em clara consonância com essas premissas descritas pela antropóloga.

Enquanto a Igreja e, num segundo momento, o Estado têm tradicionalmente concentrado suas atenções na promoção da família legalmente constituída, existem outras forças normatizadoras que chegam a atingir os mais variados comportamentos, dentro e fora do casamento. A sociologia das subculturas mostra quão rápida e eficaz é a formação – entre grupos marginais – de uma norma grupal à qual os membros se sujeitam [...]. Em qualquer grupo, as fofocas vão tecendo hipóteses, inventando padrões e, afinal, estabelecendo limites. Atualmente, a comunicação de massa também ajuda a divulgar informações e padronizar comportamentos (FONSECA, 1995)

Considerando-se as questões aventadas, creio que, para realmente se conhecerem os mecanismos que levam ao insucesso escolar dos alunos, bem como à dificuldade que os gestores da escola encontram para fazer frente aos dilemas que lhes são impostos, não poderemos nos basear em imagens de família presas a premissas tão normalizadoras e demasiadamente conservadoras, religiosas ou estatais. É preciso compreender também, como mostrou a autora, as normas grupais mais restritas, a influência dos meios de comunicação, entre outros fatores. É preciso, em suma, nos esquivarmos das seduções subjacentes à ideia de família desestruturada.

Roberto DaMatta, em *A Família como Valor: considerações não-familiares sobre a família à brasileira*, chama atenção para a diversidade que subjaz a uma (apenas) aparente homogeneidade nos modelos familiares da família no Brasil. Ao fazer isso, mostra como, na lógica hierarquizante e complementar de nossa cultura, a aparente desestruturação das famílias pobres se coaduna com a pretensa estruturação das famílias cujo ideal é o modelo médio burguês.

Do mesmo modo, hoje há uma relação cabal e crítica, um elo doloroso entre a casa de classe média, que vive intensamente o individualismo contemporâneo, igualitário e generoso, que faz com que marido e mulher tenham empregos e carreiras, e uma massa anônima, desprotegida, de mulheres que são babás e empregadas nestas (e destas) casas, permitindo que o modelo individualista seja atualizado. Há uma relação entre a família nuclear altamente individualista (ou, ao menos, permeada

pelo código individualista) e grupos familiares (ou casas) onde existem homens e crianças sem mulheres; famílias que existem pela metade porque um de seus membros adultos ou ativos deve sair para a rua a fim de “ganhar a vida” (DAMATTA, 1987).

Com isso, espero ter contribuído para a desconstrução deste estereótipo da *família desestruturada* (e também com o seu oposto, o da suposta família estruturada), tão caro a alguns pedagogos de plantão, mas que nós, enquanto cientistas sociais, enquanto pesquisadores comprometidos com a problematização metodológica dos objetos de nossas pesquisas, temos por dever de ofício operar na demonstração dos princípios de construção das representações reificadas. Até porque os agentes escolares, quando se eximem de pensar a instituição e sua respectiva prática, limitações e idiosincrasias, acabam colocando a responsabilidade dos problemas sobre os alunos que atendem e suas respectivas famílias. Terminam assim por se esquecerem de que as pessoas que compõem essas famílias já passaram, mais ou menos, de uma maneira ou de outra, pela escola.

Outra noção demasiadamente utilizada por nossos entrevistados no decorrer do trabalho de campo e que, igualmente, merece nossa atenção é a ideia de *risco social*. Segundo esta noção, os jovens e adolescentes das camadas mais desfavorecidas da população (digamos assim) estariam sempre na iminência de cair em erro ou ingressar em uma carreira criminosa. Em suma, se ainda não são bandidos, têm muita probabilidade de vir a sê-lo. Associando-se à imagem da família desestruturada, a categorização destes jovens como estando em *risco social* em muito contribui para a estigmatização destes jovens pobres que formam a rede pública de ensino municipal e aparecem nos discursos públicos de nossos interlocutores. Ou, como afirma a antropóloga Delma Pessanha Neves, da Universidade Federal Fluminense, tais jovens, “aos olhos dos agentes de intercessão, trazem então à tona os efeitos da impotência contextual da família como agência de controle” (NEVES, 2006).

Antes de prosseguir com tais observações, é preciso notar que a categoria *risco* remete à ideia de probabilidade, usada, por exemplo, na medicina, todas as vezes que não há clareza no conhecimento da (ou se quer conhecer a) dinâmica de um determinado fenômeno biopsicossocial. Quantos cigarros uma pessoa pode fumar por dia sem que corra o risco de desenvolver câncer de pulmão? Qual a relação da exposição ao barulho excessivo com o risco de se perder a audição? Se tomamos muito café durante o dia, como nos proteger dos riscos de desenvolver uma úlcera ou algum distúrbio do sono? De maneira análoga, psicólogos, pedagogos, professores, administradores de escolas, assistentes sociais e profissionais de todo tipo

frequentemente se perguntam: O que fazer para livrar os jovens pobres dos riscos inerentes ao mundo pobre em que vivem? Ao fazê-lo, não estariam contribuindo para reificar uma noção ambígua? Ora a ambiguidade só é amiga do conhecimento se assim for levada em consideração. Em caso contrário, mais atrapalha do que ajuda ao entendimento daquilo que se quer conhecer.

Em “Tensões entre o biológico e o social nas controvérsias médicas sobre o uso de ‘drogas’”, o antropólogo Maurício Fiore, buscando chamar atenção para a fertilidade em se trabalhar o uso de substâncias psicoativas no âmbito do que ele chama uma zona de fronteira entre a medicina e as ciências sociais, critica os abusos da categoria risco.

Não são claros, nestas classificações, os níveis de passagem entre o que define um uso nocivo e o momento em que se pode diagnosticar um quadro de dependência, nem tampouco quais as diferenças entre o uso “normal” e um uso nocivo. No primeiro caso, pode-se dizer que a dependência seria um agravamento drástico dos sintomas relativos ao uso nocivo, sendo sua principal característica a existência de crise de abstinência, no caso de supressão do uso, e uma perturbação completa da vida do indivíduo. Não obstante esses limites sejam problemáticos, as demarcações entre as definições de um uso “normal” e um uso “nocivo” são ainda mais reveladoras. O limite mais claro entre o “normal” e o patológico é a constatação de um “dano real à saúde do indivíduo”. No entanto, se incluiriam, nessa chave, as “consequências sociais” acarretadas por esse uso e, dessa forma, sua definição é associada à reprovação social desse ato. Em outras palavras, aspectos legais e sociais são levados em consideração para definir um comportamento patológico (FIORE, 2004).

Trabalhando nessa mesma chave com relação aos estigmas impostos à clientela das escolas públicas dos municípios por nós observados, acredito poder afirmar com alguma segurança que considerações de ordem moral precedem à categorização desses jovens enquanto um problema de *risco social*. O comportamento em si talvez não baste para qualificar um jovem como problemático – uma vez que o mesmo ímpeto um tanto prático e agressivo pode ser visto como empreendedorismo em jovem de classe média ou rico, sinal de um possível sucesso no mundo dos negócios; porém, quando revelado em um garoto pobre ou favelado, provavelmente será visto como ganância e tendência ao crime. Por que, em suma, em sendo facilmente verificável que existem igualmente jovens problemáticos em todas as camadas sociais, apenas os pobres são considerados como vivendo em *risco social*?

A rigor, só há risco quando há opção. Ou seja, é na medida que um determinado ator opta por um curso de ação ou de comportamento que a ideia do risco pode estar aí presente, ainda que seja para dele se esquivar. Agora, o sujeito estereotipado, dada sua condição rotulada, não tem opção, já está de antemão fadado ao erro, ou mesmo à errância, com o Estado atuando como um “compensador das desigualdades sociais, que são concebidas como se naturais fossem” (LIMA, 2008, p. 275). Ora, numa ordem como esta, não faz sentido, a meu ver, falar seriamente em *risco social*.

O favelado, o dito *excluído*, o problemático e o pobre em geral acabam sendo, nesse contexto, peças na formação de um mercado para o campo da assistência social e a filantropia do Estado. Por conta disso, a precariedade econômica se converte em precariedade jurídica e social – que acabam aprofundando a precariedade econômica e aumentando o abismo a ser transposto na superação dessa própria precariedade. Sem querer, de maneira alguma, me mostrar virulento, fico francamente me perguntando sobre o que seria de alguns assistentes sociais e filantropos sem a figura do excluído, do precarizado, do chamado hipossuficiente, do quase-bandido.

Delma Pessanha Neves, já com uma ampla bibliografia dedicada a esse tema, problematiza justamente essa tendência em se tomar o traficante de drogas (dito assim, em abstrato) como uma espécie de antimodelo. É preciso mostrar o quanto isso tem de teleológico – como se todo garoto pobre tivesse que jogar bola para não virar marginal, como se a dança, a arte e a cultura fossem uma espécie de bote salva-vidas de meninos e meninas pobres, em meio a um mar tormentoso de precariedades absolutas e degradantes. Será que devemos nos contentar com tais ideias?

O uso do qualificativo – situação de risco – faz ressaltar os efeitos da etiquetagem, considerando-se então os fatores que explicam uma periculosidade socialmente naturalizada. Sob tal categorização, ampliam-se os interesses na intervenção sob uma gama de meios cada vez mais amplos. A este investimento agregam-se os gestores de programas sociais, que associam ou redefinem equipamentos institucionais sob novos campos de ação e de prestação de serviços; mas também agentes vinculados a áreas de administração de conflito e controle social. Estes campos de intervenção social por vezes integram muito mais organizações privadas que públicas ou estatais, embora as primeiras correspondam à transferência de prestação de serviços terceirizados. Agregam também profissionais e clientelas, ambas especificamente formadas e recrutados neste contexto acusatório, isto é, aos primeiros cabendo gerir os que são por eles mesmos acusados ou reconhecidos sob tal acusação. Ao lado dos tradicionais professores, associam-se assistentes sociais, educadores

especializados, animadores socioculturais, que, em se tornando agentes inculcadores de normas, prestam serviços preferencialmente dirigidos às famílias consideradas sob estado de carência material. Integram-se ainda profissionais afiliados a instituições que apregoam modelos e estratégias de punição e disciplinamento, enfim, de controle social. Os investimentos que acenam como moralmente necessários são também instrumentos eficazes na construção de redes de apoio integradas por empresários, profissionais liberais, afiliados aos múltiplos sistemas de igrejas católicas e evangélicas e de centros espíritas ou espiritualistas, etc. (NEVES, 2008)

Nesse sentido, os departamentos, as secretarias e subsecretarias ligados aos setores de esporte e cultura acabam exercendo um papel estratégico. Deve-se considerar que, por limitações estatísticas óbvias, nem todas as crianças que frequentam esses programas virão a se tornar um Pelé, um Ayrton Senna, um Milton Nascimento. Poucos (estatisticamente falando) irão se inserir no mercado de trabalho nessas áreas.

É característico do jovem, tal como representam nossos entrevistados da Secretaria de Esporte e Lazer de São Gonçalo, buscar a autoafirmação com o sucesso nos esportes, como os atletas que aparecem na TV. Na medida em que se inserem nas atividades orientadas pela equipe, mais virtualmente afastados se encontrarão, afirmam, da chamada situação de *risco social*. Algumas crianças chegam ao Projeto com problemas de enquadramento e aprendizado na escola, com problemas em casa, mas ali não costumam ter problemas. Para se manterem no Programa, é exigido deles um desempenho escolar mínimo. Inclusive por conta disso, sustentam, de sua inserção neste convívio, na qualidade de jovens atletas, acaba-se contribuindo para que os problemas na escola e em casa possam ser, se não resolvidos, ao menos suavizados.

A atividade esportiva, quando compreendida enquanto forma de inculcar valores sociais como ética, respeito e igualdade,⁷ pode ser muito útil na formação de futuros cidadãos conscientes de seus direitos e deveres, como afirmaram nossos interlocutores. Porém, quando tomada como um mercado para educadores e afins, uma tábua de salvação, como nos fazem crer os interlocutores aqui considerados, acredito, a coisa se desvirtua: perde-se o foco e uma boa oportunidade no plano socioeducacional.

Além disso, à medida que tais jovens se espelham nos exemplos empíricos de sucesso nos esportes, deparam-se, não raro, não com o elogio da disciplina ou da ética, e sim o seu contrário, como demonstram recentes escândalos e crimes de morte envolvendo jogadores de futebol.

⁷ Refiro-me aqui às políticas de esporte concebidas para trabalhar a educação física nas escolas, que por natureza se diferem daquelas destinadas à descoberta de talentos e formação de atletas para Jogos Olímpicos e afins.

UM CASO PARA SE PENSAR

“Jovem de 17 anos morre depois de ser espancado por cinco colegas de turma durante aula de matemática, em Silva Jardim. Agressão foi motivada por ‘brincadeira’ devido ao corte de cabelo.” Esta foi a chamada de uma matéria de página inteira no jornal *O Dia*, na terça-feira, 2 de setembro de 2008, página 3. Seu título: “Selvageria no Colégio”. O município de Silva Jardim fica na região chamada Meio-Norte Fluminense, e o acontecido se deu em uma escola da rede municipal de ensino. Para uma boa articulação desse caso com as ideias que tenho desenvolvido neste artigo, reproduzirei alguns trechos da matéria, assinada pelo jornalista Francisco Edson Alves.

Um jovem estudante de 17 anos foi vítima da crueldade de colegas de turma em Silva Jardim. Samuel Teles da Conceição morreu na manhã de sábado de grave infecção nas meninges, provocada por contusão no crânio. Dez dias antes, o aluno levou socos na cabeça em plena sala de aula e, embora com dores, continuou indo à escola até ser internado (ALVES, 02/09/08).

Um dia após ter dado entrada no hospital, o quadro clínico do jovem se agravou e ele foi transferido para o Hospital Carlos Chagas, em Marechal Hermes, no município do Rio de Janeiro. Após isso, entrou em coma e veio a falecer. A mãe de um outro aluno, presente a uma manifestação na porta da escola, teria dito: “Meu filho já se queixou de ter apanhado por motivo banal. Duas mochilas dele já foram destruídas”. Fala-se também da atuação de gangues de adolescentes nesta unidade escolar.

Samuel, aluno do 7º ano da Escola Municipal Professora Vera Lúcia Pereira Coelho, apareceu de cabeça raspada no dia 20 e foi alvo da gozação de colegas, que deram tapas em sua cabeça. Irritado com a brincadeira, reclamou. Segundo alunos, cinco jovens aproveitaram a ausência momentânea da professora de matemática Regina Lima e começaram a agredir o rapaz com violentos socos (ALVES, 02/09/08).

A mãe do rapaz morto, obviamente desesperada, clama por justiça: “Meu filho foi vítima de uma selvageria. E o pior: praticada dentro de sala de aula, lugar em que qualquer pai ou mãe pensa que o filho está seguro. Samuel era tímido e educado e frequentava a Igreja Evangélica Unidos em Cristo. Não vou me calar enquanto justiça não for feita. Se tivessem detectado a gravidade das agressões há mais tempo e nos avisado, certamente meu filho poderia estar vivo.”

A vítima, mesmo se queixando de fortes dores de cabeça e no tórax, ainda frequentou as aulas até o dia 26 [de agosto]. “Nesse dia Samuel chegou tremendo e com febre de 40 graus. Não sabíamos da agressão e o levamos para a Policlínica da cidade, onde foram diagnosticados inflamação na garganta e problema nos rins”, afirmou a diretora, Romanei da Silva Coelho de Araújo (ALVES, 02/09/08).

E a Polícia, quando ouvida, através da figura do delegado da 120ª DP (Silva Jardim), Denis Rupert, se mostrou, a meu ver, extremamente burocrática, não sabendo, sequer, como registrar o caso. “Começamos a ouvir parentes, diretores da escola e alunos. Se os agressores forem maiores de idade, vou abrir inquérito por homicídio culposo (sem intenção de matar), mas, se todos forem menores, o episódio será registrado como ato infracional.”

Em que medida esses trágicos acontecimentos podem nos ajudar a criar conhecimento sobre o objeto de nossas pesquisas? Creio eu que, uma vez que põe a nu a fragilidade das instituições encarregadas de oferecer bem-estar à coletividade, já que ambas se mostraram ineficientes para evitar o pior, ajuda também a desconstruir discursos feitos em torno do descrédito em relação à sociedade, fruto da miopia do poder público e daqueles que julgam que o mal está alhures, e não – como certamente está –, como se diz, debaixo de suas próprias barbas.

Errou a escola, visto que em seu espaço os alunos não se sentem seguros para enunciar frequentes atos de violência cometidos dentro de sala de aula. Assim sendo, importa menos de onde emana esse tipo de sociabilidade, e mais o fato de ele ser naturalizado no espaço em que deveria, ao contrário, ser problematizado e combatido.

Errou o sistema de saúde, este sim, talvez, terrivelmente marcado por uma triste e trágica desestruturação, à qual boa parcela da sociedade e do Estado insiste em dar as costas – e que, por isso, não soube fazer o diagnóstico preciso que a situação merecia. Como frequentemente tem acontecido, agiu tarde demais, para o desconsolo daqueles que sofrem perdas irreparáveis.

Por fim, ficou novamente errante a Polícia, sem saber o que fazer, como registrar o crime que surge da violência inesperada, que, por sua vez, é fruto do conflito não administrado de maneira eficaz. Enquanto isso, balbucia-se diante do fato que foge às suas costumeiras (e um tanto viciadas) categorizações. Fato que, por sua complexidade, parece não caber em nenhum de seus escaninhos.

APONTAMENTOS FINAIS

Espero ter aqui alcançado meu objetivo, que é mostrar o quanto nossa atuação como cientistas sociais pode embasar princípios de referência de políticas públicas mais eficazes no sentido da promoção do bem-estar social e no fortalecimento de uma ordem cultural democrática e cidadã. Nesse sentido, para além dos relatórios que produzimos, a apresentação de artigos como estes, em encontros, simpósios, seminários e jornadas, bem como sua posterior publicação em revistas e periódicos, é de fundamental importância para a criação e difusão do conhecimento a respeito de toda essa dinâmica, tão importante para a consolidação de uma ordem social efetivamente igualitária e justa.

Como pudemos notar, algum avanço nessa área já houve – e procurei ilustrar isso através de iniciativas bem-sucedidas neste sentido. Todavia, ainda há muito que ser feito.

Se queremos levar a sério a proposta de pensar democraticamente a diferença em nossa sociedade, libertando-nos dos prismas do colonialismo econômico e cultural, interno e externo, bem como explicitar as tendências etnocêntricas e homogeneizantes por ele suscitadas, há que aprender com a perspectiva antropológica a valorização heurística das diferenças. Começar por descobri-las e pô-las a nu em nosso cotidiano, estranhando o natural e familiarizando-nos com o exótico, eis o longo caminho democrático a percorrer (LIMA, 2008).

Ao estranharmos categorias enviesadas e enviesantes, digamos assim – tais como as de *desestruturação familiar e risco social*, evitando estudar os conflitos no espaço público por este viés, poderemos então realmente conhecer a natureza destes conflitos, e trabalhar no sentido de oferecer eficientes suportes para sua administração por parte do poder público e de forma mais justa e eficaz.

Ademais, no que concerne às políticas públicas de educação – parte constitutiva de um paradigma democrático de segurança pública –, persistem ainda as marcas de um estranho divórcio entre a escola e a sociedade, oriundo talvez de perspectivas decepcionadas umas com as outras, além de mutuamente conflitantes entre si. Não estaria, em grande parte, a escola sendo vista como que um *depósito* no qual as famílias pobres precisam deixar os seus filhos, diante da necessidade de trabalhar articulada à eventual falta de recursos para arcar com os custos da contratação de empregadas, tal como solucionam as famílias de classe média? Por outro lado, não estaria a escola demasiadamente seduzida por um imaginário restrito e abstrato de família? Estas são questões que, certamente, se colocam nos campos

teóricos e empíricos, e que não se esgotam nos limites desta pequena contribuição para o estudo dos dilemas inerentes aos modos de construir e gerir nossos espaços públicos.

ABSTRACT

In this text, I analyze systems of social representations constructed by public agents of the municipal administration, considering the principles of social qualification that references the provision of measures directed toward implementation of programs of government articulated the politics of public security. Qualitative and quantitative data has been collected on research carried through on demand of the municipal managers, ahead of the necessity they felt to count on a scientific diagnostic which could base the elaboration of Municipal Plans of Public Security. Researchers and managers had interchanged and learned from each other on the process of building decentralized public policies of public security, in full course in Brazil. Parallel to this movement in the direction of the formation of a corpus of scientific knowledge, such activities made possible the reflection around the implementation of policies which intends to contribute for the construction of a more fair and equal society, in accord with the ideals of a democratic rule of law.

Keywords: *public politics; stereotype; social representations.*

REFERÊNCIAS

- ALVES, Francisco Edson. Selvageria no Colégio. *Jornal O DIA*, Rio de Janeiro 2 de set. 2008.
- BECKER, Howard. *Outsiders: Studies in the Sociology of Deviance*. New York: Free Press of Glencoe, 1963.
- BERGER, Peter; LUCKMANN, T. *A Construção Social da Realidade*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes, 2001.
- DAMATTA, Roberto. *Carnavais, Malandros e Heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. Rio de Janeiro: Rocco, 1979.
- _____. A Família como Valor: considerações não-familiares sobre a família à brasileira. Rio de Janeiro: *Revista Espaço e Tempo*, 1987.
- FIGLIORE, Maurício. Tensões Entre o Biológico e o Social nas Controvérsias Médicas Sobre o Uso de Drogas. In: REUNIÃO DA ANPOCS, xxviii, 2004, Caxambu. *Anais*. Disponível em: <www.neip.info>. Acesso em: 01. abr. 2011.

FONSECA, Cláudia. Amor e Família: vacas sagradas de nossa época. In: RIBEIRO, Ivete; RIBEIRO, Ana Clara Torres (orgs.). *Família em processos contemporâneos: inovações culturais na sociedade brasileira*. São Paulo: Loyola, 1995.

GARCIA, Maria de Paula de Godoy. *Se o privado vira público: uma análise dos tratamentos de casos de “violência doméstica contra mulher” no Município de São Gonçalo (RJ)*. 2009. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.
 _____. *O Saber Local: novos ensaios em antropologia interpretativa*. Petrópolis: Vozes, 2003.

LENOIR, Remi. Objeto Sociológico e Problema Social. In: CHAMPAGNE, Patrick. *Iniciação à Prática Sociológica*. Petrópolis: Vozes, 1998.

LIMA, Roberto Kant de. Por uma Antropologia do Direito no Brasil. In: _____. *Ensaio de Antropologia e Direito*. Niterói: EDUFF, 2008.

_____. Carnavais, Malandros e Heróis: o dilema brasileiro do espaço público. In: GOMES, Laura Graziela; BARBOSA, Lívia; DRUMMOND, José Augusto (orgs.). *O Brasil não é para principiantes*. Rio de Janeiro: FGV, 1995.

MEDEIROS, Flávia. *Policiais no hospital: práticas, registros e disputas*. 2010. Trabalho de Conclusão do Curso (Graduação em Ciências Sociais) - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

NASCIMENTO, Vania Regina do. *Delegacia especializada em atendimento à mulher: dois modelos sob uma perspectiva comparada*. Trabalho de Conclusão do Curso (Graduação em Ciências Sociais) - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

NEVES, Delma Pessanha. Situação de Risco, Auto-estima e Alquimia Política: usos e abusos da gestão social. In: LIMA, Roberto Kant de et al. (org.). *Gestão em Segurança Pública e justiça criminal: reflexões sócio-antropológicas*. Rio de Janeiro: Booklink, 2008.

_____. Juventude, Trabalho e Instituições Filantrópicas. *Revista Saúde e Sociedade*, São Paulo, v.15, p. 99-114, 2006.

RAMOS, Velena Ribeiro Garcia. *Desemprego e Malabarismos Culturais*. 2004. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2004.

VERÍSSIMO, Marcos. *De sol a sol, na luta por um lugar ao sol: a Guarda Municipal do Rio de Janeiro e os ritos, conflitos e estratégias presentes no espaço público carioca*. 2009. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

_____. Os Planos Municipais de Segurança e a construção do conhecimento antropológico. In: LIMA, Roberto Kant de; EILBAUM, Lucia; PIRES, Lenin. *Conflitos, Direitos e Moralidades em perspectiva comparada*. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

